

ASSÉDIO, ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NAS UNIVERSIDADES: quem é o verdadeiro culpado?

Diego Felipe Muniz Garcia, discente de Licenciatura
Plena em Pedagogia pela Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Não existe um caminho sequer que se faça sem sentido, nem mesmo uma estrutura que se faça sem construção. Com base nessas duas afirmativas pontualizadas pretendemos evidenciar nesse ensaio, de maneira sólida e colaborativa, o resultado subtraído da análise proposta pelo estudo quantitativo dado através da pesquisa que tem como enunciado o **assédio, abuso e violência sexual contra a mulher na universidade: quem é o verdadeiro culpado?**

Do método quantitativo como uso opcional e intencional para a tomada dos resultados não se pretendeu buscar uma definição como esse sendo o “melhor método”, mas, atendendo certa urgência no tratamento do eixo, se fez necessária essa aplicação metodológica, visto que ela nos proporcionaria em um menor período de tempo, porém, não menos qualitativo e válido, um saber pontual apoiado por embasamento teórico suficiente dado nossos interesses atuais. Cabe ressaltar na exposição, que trata-se, inevitavelmente, por “embasamento teórico suficiente” o estudo analisado em material já produzido previamente, mesmo que em baixa proporção, por intelectuais que tratam do eixo como suas linhas de pesquisa.

Tratar acerca do abuso, assédio e violência sexual contra a mulher na universidade surge meio ao grande número de pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas mais diversas áreas específicas do conhecimento, porém, grande parte delas em crise com a reflexão, com o tratamento analítico essencial, bem como retrata Novaes (2006) ao dizer que *vivemos um momento de radical transformação seguida de uma anemia criadora em todas as áreas de atividade, entre elas a política e o pensamento*. A análise acabou por evidenciar, também de maneira inevitável, que

o tratamento de questões que discutem o gênero e a sexualidade se mostram como propostas sensíveis, não menos relevantes, fato que garantiu, inclusive, espaço nos encontros da ANPEd, como podemos saber através do fragmento:

A própria constituição do GT 23 – Gênero, sexualidade e educação – na ANPEd de 2005, mostra o reconhecimento e a sensibilidade da comunidade acadêmica para com essas questões, uma vez que as desigualdades (ou subalternidades, para usar o termo que intitulou a mesa redonda em que nasceu este texto) devem ser compreendidas em suas conexões com classe social, religião, raça, etnia, nacionalidade, geração, dentre tantos outros atravessamentos possíveis.” (FELIPE, 2007, p.78)

Com a garantia de espaço aberto para o debate entre os intelectuais que estão produzindo na área de gênero e sexualidade, cresce o número de propostas de projetos, artigos, monografias, dissertações, teses etc. Esse crescimento é, contudo, de suma importância para a configuração de uma nova escrita histórica acerca do eixo, porém, sofre, ainda, com certas questões que condicionam esse esforço para um campo sem *glamour*. E o *glamour* está enraizado na própria estrutura social, nas próprias relações entre pesquisador(a)/pesquisado(a), nas relações de poder

as relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, **nas suas múltiplas possibilidades, atravessam a escola dos mais diferentes modos**: seja através de piadas de cunho sexista ou racista; seja através de uma acirrada vigilância em torno da sexualidade [...], principalmente dos meninos, tentando **normatizar os comportamentos** que porventura não sejam “condizentes” com as expectativas de gênero instituídas; seja através **da distribuição dos espaços e das tarefas a cada grupo**; seja, ainda, **através do descaso para com situações que envolvam violência doméstica e/ou abuso sexual**. (FELIPE, 2007, p.79. Grifos nossos)

Ou seja, as relações de poder que são estabelecidas entre os homens e mulheres presentes na estrutura social são, grosso modo, ditadas por todo um conjunto de padrões já estabelecidos em momento anterior, dados por uma espécie de regulamento, de ordem, elementos cristalizadores das condições sociais da atualidade. Essa questão perpassa, também, o âmbito da produção acadêmica se for possível analisar de maneira mais refletida. Dessa forma, caberia aos homens heterossexuais uma responsabilidade maior na produção de conhecimento como: produzir em sentido livre e amplo nas áreas das ciências exatas, tecnológicas,

naturais e humanas, fato que elevaria o homem heterossexual acadêmico ao *status quo*; às mulheres, caberia, então, o que sobrasse dessas áreas, ou, em outras palavras, tudo o que não fosse interessante aos homens, chave motriz que subalterniza certas áreas do conhecimento científico e conseqüentemente as mulheres. Logo, percebe-se predominante a presença de pesquisadoras em vez de pesquisadores frente ao índice de produções acadêmicas relacionadas ao gênero, à sexualidade, à violência sexual – entre outras – contra a mulher.

Com efeito, reconhecendo que os valores estão compreendidos por gênero, raça, classe, identidade etc, é possível afirmar que existem critérios preestabelecidos capazes de validar ou não certo saber, contudo, considerando sua origem, sua autoria, seu eixo temático etc. A essência da produção acadêmica está conectada ao conhecimento, à reflexão, ao tratamento do objeto/fenômeno, à metodologia, mas também está conectada ao gênero e à sexualidade. Para sustentar a nossa tese de que a subalternização direcionada ao tratamento das questões relacionadas ao gênero está na manutenção do próprio gênero hegemônico e na condição cultural sócio-histórica, nos apoiamos em Foucault (1988) e Louro (1999) que dizem

a sexualidade, afirma Foucault, é um “dispositivo” histórico (1988). Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. (LOURO apud FOUCALT, 1999, p. 3)

Não surge como inédita essa análise proposta pelo presente ensaio, porém, surge tentando contribuir ao evidenciar que os critérios que avaliam as diversas modalidades de conteúdos e de produção científica estão fadados à erudição científica, ao conservadorismo que, no cenário brasileiro, muitas das vezes se apoia nas doutrinas fundamentalistas propostas pelo Estado. Mesmo tendo as mulheres conseguido seu espaço dentro da ciência e até mesmo na política, sabe-se, ainda, que os homens determinam sua organização em sentido mais amplo e geral. O objetivo é investir nessa contínua resistência, é romper com a desigualdade de gênero, conseqüentemente com a violência sexual contra a mulher, e trazer ao debate uma equidade sólida que se faça regra e não exceção.

OS RESULTADOS DAS ANÁLISES

A pesquisa foi elaborada em Novembro de 2015 e realizada em Fevereiro de 2016. Os entrevistados foram pensados a partir do interesse central do estudo: analisar os casos de assédio, abuso e violência sexual contra a mulher nas universidades, tentando identificar como pensam e quais os possíveis motivos que levariam ao surgimento de casos dessa natureza dentre outros. Logo, todos os entrevistados são sujeitos acadêmicos em sua mais ampla instância, ou seja, discentes, docentes, técnicos administrativos e até mesmo terceirizados de diversas universidades públicas e particulares do país. Vale ressaltar que não conseguimos atingir nenhum gestor universitário. Ampliando o leque de pessoas atingidas, pensamos em tornar mais democrático o nosso trabalho, bem como, dessa forma, inserir os demais sujeitos da comunidade acadêmica – antes afastados – dentro do âmbito da pesquisa.

O questionário proposto aos entrevistados foi dado a partir de plataforma digital, onde eles responderam a uma série de 41 perguntas que serão exibidas durante o desenrolar desse ensaio. Em geral foram perguntas com respostas dadas em que só era necessário marcar caixas de diálogo, selecionando uma – ou mais, em certas perguntas – opções. O entrevistado tinha como manter-se em anonimato caso fosse sua escolha. Adotamos esse modelo como uma medida preservadora da identidade e das respostas dos entrevistados, visto que o eixo tratado no questionário é dotado de uma ampla sensibilidade. Além da preservação da identidade, logo, da particularidade essencial ao sujeito, pensamos que deixando essa opção como sendo de livre escolha, seria possível extrair de maneira mais objetiva dos sujeitos a sua verdade. Isto é, conseguiríamos, então, nos aproximar ainda mais da realidade com os resultados obtidos.

Recebemos 53 respostas entre técnicos administrativos, professores(as) universitários(as) e alunos(as). Do total de pessoas entrevistadas, 73,6% disseram ser do *sexo biológico fêmea* e 26,4% do *sexo biológico macho*. Quando perguntados sobre *sua identidade ou orientação sexual*, 84,9% das pessoas disseram se reconhecer como *heterossexuais*, 11,3% se reconheceram como *bissexuais* e, em menor número, 3,8% se reconheceram como *homossexuais*. Já em relação à *identidade de gênero* o número foi o mesmo quando perguntados sobre o seu *sexo*

biológica: 73,6% se reconhecem como *mulher* ou do *gênero feminino* e 26,4% se reconhecem como *homens* ou do *gênero masculino*. Ainda quantificando, 58,5% das pessoas se reconheceram como *brancas*, 28,3% como *negras*, 11,3% como *pardas* ou *asiáticas* e 1,9% como *indígenas*.

Alguns dados evidenciados aqui se tornam suficientes para retomarmos ao assunto que introduziu esse trabalho. Ou seja, os assuntos relacionados ao gênero, por uma produção e por um condicionamento cultural sócio-histórico, não é de interesse da grande maioria dos que se reconhecem como homens, sobretudo se essa questão pode, em algum momento, evidenciar certas posturas do homem, que bem sabemos por uma postura machista, coercitiva, agressiva, cerceadora etc. O número de mulheres que aceitaram responder ao questionário é quase três vezes maior em relação ao número de homens. Como diz Louro (1999), o *reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos*, em outras palavras, perceber no outro certa necessidade, ou urgência, inegavelmente nos obriga a reconhecer o que somos e onde estamos posicionados hierárquica e socialmente no espaço, por isso tanta procrastinação das lideranças – em geral homens – no combate às violências contra a mulher, e aqui, especificamente, no âmbito universitário. Certamente de que surgiram iniciais possibilidades de validarmos parte de nossa tese com os resultados apresentados até aqui, mas, por outro lado, acabamos por nos colocar em um outro universo de questionamentos e, um deles, é: como induzir homens para esse campo de estudo de modo que esse movimento apresente uma equidade? Surge, então, uma reflexão para nossos futuros ensaios.

71,7% das pessoas entrevistadas disseram estar entre a faixa etária compreendida em 16-25 anos, 24,5% das pessoas entrevistadas entre 26-36 anos, 1,9% entre 37-45 anos e 1,9% acima dos 46 anos. Destes, 58,5% estão em pleno exercício da graduação, cursando a partir do 3º período, 17% estão cursando o Mestrado, 15,1% estão cursando até o 2º período, 7,5% concluíram o ensino superior e estão na universidade como técnicos administrativos ou exercendo outra função e 1,9% com o doutorado em curso. Outro dado muito importante e bastante interessante foi o número de pessoas, ocasionalmente, de universidades públicas e privadas. 50,9% dos entrevistados são de instituições privadas e 49,1% de instituições públicas de ensino superior.

Pouco mais de 70% das pessoas entrevistadas disseram ser jovens – entre 16 e 25 anos de idade –, estar na graduação e se reconheceram como mulheres. Essas informações direcionam nossa reflexão para o momento histórico atual, isto é, para essa nova fase de atuação do capitalismo que muitos autores consideram como sendo a pós-modernidade. Na análise das lutas de classe, das ideologias e das teorias sociais por exemplo, que de acordo com Peixoto (1998), precisam ser negadas nesse momento pós-moderno para que assim seja possível analisar as especificidades que compõem toda sociedade, fica evidenciada, então, uma espécie de análise microssocial irrefletida. Portanto, considerar somente as especificidades da sociedade, inegavelmente nos remete à negação da conjuntura estrutural a qual essa especificidade faz parte e, por conseguinte, nos leva à fragmentação do saber, da capacidade, do conhecimento, das alternativas etc.

Face ao exposto, tentando agrupar tanto questões micro como macrossociológicas, passamos então para a análise mais conjuntural da questão: as mulheres como vítimas dos assédios e da violência sexual, logo, as mais interessadas em expressar suas vozes no presente ensaio.

Em prosseguimento ao conteúdo do questionário, surge a seguinte pergunta: *Você já presenciou algum caso de assédio ou violência sexual dentro da instituição de ensino a qual frequenta?* 66,7% das pessoas disseram que *não*, 29,6% das pessoas disseram que *sim* e 3,7% das pessoas disseram que *não sabiam*. Continuando, perguntamos: *Você já cometeu algum caso de assédio ou violência sexual em sua Universidade/Faculdade?* 98,1% das pessoas disseram que *não* e apenas 1,9% das pessoas disseram que *sim*. Essas duas perguntas possuem uma relação muito importante entre si, visto que dela foi possível analisar uma enorme contradição que, de acordo com nosso entendimento – e que será mais detalhadamente descrito ao desenrolar do ensaio –, se mostra pela falta de conhecimento sobre as diversificadas formas de assédio, abuso ou violência sexual e/ou relacionadas ao gênero.

Comumente, porém, não somente, as práticas de assédio, abuso e violência sexual são exercidas pelos homens em relação às mulheres e até mesmo em relação a outros homens. Prova disso é que no Brasil, e em outras partes do mundo, existe legislação e diversos setores específicos para o tratamento dessas e outras questões que envolvam a segurança da mulher, podendo citar como exemplo, em nosso âmbito, as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher, a Lei Maria da Penha, o

Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e diversos movimentos/coletivos feministas que atuam como intermediadores dos casos entre os setores. Ora, se há todo um aparato estrutural institucionalizado designado à normatização/regimentação, fiscalização, punição etc, há, certamente, excessiva demanda e grande número de ocorrências em que mulheres, na maioria dos casos, denunciam ser assediadas/abusadas/violentadas.

Nos interessou saber o que as pessoas pensavam acerca dos “trotos” universitários, tendo em vista que grande parte dos relatos dos casos de assédios e violência sexual por parte das vítimas, tiveram como momento de efetivação a chegada desses alunos na universidade. Ao serem perguntadas se o *trote poderia ser uma das portas de entrada para o assédio e a violência sexual nas IES*, 72,2% das pessoas entrevistadas disseram que *sim* e 27,8% das pessoas disseram que *não*.

É comum na recepção de “calouros” nas universidades que os “veteranos” promovam eventos, festas, reuniões etc. Parte desses episódios são de grande importância, porém, outros não. Nas festas, geralmente promovidas pelos Centros Acadêmicos dos Cursos, sempre há, mesmo sendo ilegal dentro das universidades de acordo com a legislação, um grande consumo de bebida alcoólicas e outras drogas ilícitas. Essas são questões pouco coordenadas pela universidade por dois principais motivos: primeiro por não haver interesse por parte da universidade – gestão universitária; segundo pela própria cobrança dos estudantes de atuarem com autonomia. Com isso, estudantes e outros sujeitos pertencentes à comunidade acadêmica se misturam durante esses eventos festivos regados à bebida e drogas. As drogas e bebidas, quando ingeridas por mulheres e somadas a outros fatores, como a escolha pelo tipo de roupa ou cabelo, são utilizadas como elemento criminalizante, culpabilizante; quando os homens fazem o uso das mesmas substâncias, o efeito é usado como elemento justificatório, motivador legal. Ou seja, se mulheres estiverem, então, sob o efeito de álcool ou drogas – em muitos casos essa ingestão é coercitiva –, elas poderiam, de maneira legitimada, sofrer com a postura agressiva dos homens, especificamente com o abuso e a violência sexual. É na condição de “caloura(o)” que novas(os) alunas(os) sofrem enormes cargas de coerção, assédio moral, assédio sexual, violência física e violência sexual praticadas por alunos “veteranos” e funcionários das universidades.

A denúncia não preza pelo fim dos “trotos” universitários em hipótese alguma,

mas, preza pela urgente organização estrutural e fiscalização desses eventos que acabam sendo referência para a prática de várias modalidades ilícitas. Estudos apresentados por pesquisadoras norte-americanas no documentário *The Hunting Ground* (2015) revelam que nos EUA, local onde a denúncia foi realizada, existem grupos universitários conhecidos como fraternidades. Essas fraternidades são o ponto alto da “sociabilidade acadêmica” quando o assunto gira em torno de festas e “comemorações”. Somente homens podem se tornar membros desses grupos. A autonomia desses grupos – bem como a influência política e econômica de seu núcleo familiar – os torna quase que inatingíveis. Por elas – universitárias, e eles, universitários assediados, agredidos e/ou violentados sexualmente – já foram feitos grande número de denúncias contra esses grupos, que geralmente não são nem investigados pelas autoridades acadêmicas.

Pelo descaso institucional, nesse caso, motivado por manobras politiqueras sustentadoras de uma hegemonia hostilizante que fere os princípios básicos dos direitos humanos, do direito em fazer valer os seus próprios direitos, pela preservação do status institucional, do glamour estrelado no nome das universidades, essas fraternidades atuam livremente, assediando, agredindo e violentando sexualmente centenas de mulheres e homens nas universidades norte-americanas. Além dos populares membros das fraternidades como agressores, existem ainda os *players* ou atletas, tão ou ainda mais intocáveis que os membros das fraternidades.

As universidades norte-americanas são muito famosas pela qualidade no ensino oferecido, sendo apontadas como líderes por vários indicadores que medem o nível educacional das acadêmias mundo afora. Entretanto, outro importante enunciado que leva seu nome ao conhecimento popular mundial, são os times de futebol americano que existem nessas universidades. Existem universidades, por exemplo, que possuem estádios faraônicos, chegando a custar mais de 300 milhões de dólares em alguns casos. Os atletas das universidades norte-americanas são circundados por uma especulação capitalista que rende centenas de milhares de dólares para algumas poucas pessoas de influência, por saber, empresários, políticos e até mesmo os gestores das universidades. Por essas e outras se dá a prática do abuso e da violência sexual que se apresenta como uma construção cultural e sócio-histórica dada pelo padrão heteronormativo conservador, pela manutenção das relações de poder e do capital, fatores que legitimam e procuram perpetuar a

desigualdade entre os gêneros.

Perguntamos se os entrevistados já haviam sido assediados ou violentados sexualmente dentro de suas respectivas IES e os números foram: 83,3% das pessoas disseram que não, 13% das pessoas disseram que foram *somente assediadas* e 3,7% das pessoas entrevistadas disseram que já foram *assediadas e violentadas sexualmente*. Os números apresentam nas suas entrelinhas que se 83,3% das pessoas disseram nunca ter sofrido um ato de assédio ou violência sexual nas IES é pelo fato dessas pessoas ainda não compreenderem, e aqui novamente, o que configura um ato de assédio ou violência sexual.

Apoiando-se no trabalho desenvolvido pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular para o Fórum Fale Sem Medo, torna-se possível afirmar que essa é uma questão que percorre o campo da ausência do conhecimento de causa. No estudo apresentado pela Rede Não Cala da USP para o Fórum, cerca de 10% das mulheres entrevistadas responderam em primeiro momento que já tinham sofrido algum tipo de violência relacionada ao gênero, número considerado muito inferior ao que na prática se efetiva. Após serem confrontadas por uma lista de comportamentos abusivos, que em nossa pesquisa também foi exposto, como veremos em seguida, esse número se elevou para 67%. Torna-se, então, urgente o foco no trabalho de desconstrução dos estereótipos machistas que são reproduzidos no âmbito universitário e, ainda mais urgente, trabalhar em nome da expansão do conhecimento acerca do que significa e quais as modalidades do assédio, abuso e violência sexual. Estamos formando, na universidade, além de profissionais, pessoas.

De acordo com o resultado da nossa pesquisa, ao serem perguntados os entrevistados se eles teriam coragem em denunciar o agressor, 90,7% afirmaram que *sim* e 9,3% disseram que *não*. Em seguida, perguntamos: *e se o agressor fosse seu professor?* 85,2% das pessoas responderam que *sim* e 14,8% das pessoas disseram que *não*. Apesar da grande maioria das pessoas afirmarem ter coragem de efetivar uma denúncia contra os agressores, sabemos, também, que essa denúncia não será levada em conta na maioria dos casos. A Promotora de Justiça Silvia Chakian, também presente no Fórum Fale Sem Medo, afirma que *há uma certa resistência em colocar o perfil universitário como de criminoso*. Pelo conservadorismo presente nas IES, pela reprodução dos estereótipos machistas praticados pelos aplicadores da lei e pela falta de oportunidades – muitas das vezes – em recolher provas suficientes, até

hoje *nenhuma pessoa foi presa no país pelo crime de agressão contra a mulher na universidade*, afirma Chakian (2015).

Muitas vítimas preferem sofrer sozinhas com a dor de terem sido assediadas, abusadas e/ou violentadas sexualmente nas IES, ou seja, preferem não denunciar, ainda mais quando existe uma significativa relação hierárquica envolvida na situação, por exemplo, quando é o professor o responsável pelo ato. Nos depoimentos que recebemos ao perguntarmos sobre *quais os motivos que impediriam que as denúncias fossem efetivadas*, quase que a totalidade de pessoas disseram que não denunciariam por *terem medo de represálias, por terem medo de como se reproduziria o assunto pela universidade, pelo medo em serem prejudicadas no decorrer dos estudos, por terem medo de não acreditarem na sua denúncia, por terem sido ameaçadas, por falta de apoio* etc. Ora, a relação de poder que existe entre discentes e outros sujeitos da comunidade acadêmica, sobretudo os professores, permite que as vítimas estejam em condição vulnerável, em condição de rebaixamento frente ao agressor e essa é uma das vias que leva ao cometimento dessa modalidade de ilícito nas IES.

Tentando identificar como os entrevistados enxergam essa questão da violência sexual nas IES, perguntamos se eles *acreditavam que existem casos de assédios nas IES*. 96,3% dos entrevistados disseram que *sim* e apenas 3,7% das pessoas disseram que *não*. Se quase o total das pessoas acreditam que há casos de assédio e violência sexual dentro das IES, por que não existe uma visibilidade maior acerca da urgência que evidencia essa temática? Ora, não há interesse em mobilizar a comunidade acadêmica em torno dessa questão para que não haja um processo de investigação mais amplo acerca dos fatos e, logo, uma exposição midiática que se apresenta como negativa ao nome da instituição. Independente dessa tentativa erudita/institucional em silenciar os casos de assédio e violência sexual dentro das IES, nós, pesquisadores e pesquisadoras, bem como o governo e demais órgãos de fomento, precisamos investir mais na teorização sobre essa temática, como explica o fragmento

Apesar de todos os esforços para a promoção da igualdade de direitos, através da implementação de programas ligados especialmente às áreas de educação, saúde e assistência social, torna-se necessário empreender pesquisas e teorizações para melhor compreender as relações de poder que se estabelecem entre os diversos grupos sociais.

Neste sentido, é fundamental continuar incentivando a implementação de linhas de pesquisa no âmbito das universidades e uma maior atenção por parte das agências financiadoras de pesquisa a esses temas. (FELIPE, 2007, p.83)

Não podemos negligenciar que toda a comunidade acadêmica precisa fazer parte dos projetos pedagógicos das IES de maneira mais efetiva, ou seja, deve ser considerado em primeira instância sobre quais seriam as possíveis demandas que compreendem o universo dessa comunidade. Aliás, a formação que a universidade acadêmica oferece é uma formação coletiva, porém, de atribuição individual, visto que cada sujeito recebe e transforma o conhecimento de uma forma específica. Não se torna possível ter uma homogeneidade na formação de profissionais e seres humanos, todavia, há como disponibilizarmos uma formação heterogênea que supere necessidades, que dialogue, que seja plural e inclusiva. Essa necessidade foi evidenciada também em nossa pesquisa ao perguntarmos *o quanto os entrevistados achavam importante discutir sobre o assédio e sobre a violência sexual nas IES*. Como resposta, 77,8% dos alunos entrevistados julgaram ser *muito importante*, 20,4% disse ser *importante* e apenas 1,9% dos entrevistados disse ser *pouco importante*.

A grande maioria acha *muito importante* essa discussão, porém, ao serem perguntados *se já haviam discutido sobre o assédio e violência sexual dentro da IES em suas salas de aula*, 53,7% afirmaram que *sim* e 46,3% disseram que *não*. Sobre *se achavam que sua IES era conservadora*, 51,9% assinalaram o *sim* e 48,1% que *não*. Agora, conectando esses três últimos conjuntos de dados, torna-se possível contextualizar nossa reflexão. Fica claro que o debate sobre assédio e violência sexual nas IES não se promove por não ser incentivado pelo projeto pedagógico das IES, logo, pela negligência de parte do corpo docente; pela falta de conhecimento acerca do eixo, isto é, pelo reflexo da baixa produtividade em relação à temática gênero e sexualidade nas IES; pelo conservadorismo presente na estrutura acadêmica, ou pela resistência da gestão universitária em subsidiar eventos, seminários e debates que impulsionem o crescimento de conhecimento científico. Dessa forma, a universidade acaba por reproduzir e reestruturar o que a base política fundamentalista e conservadora do Estado propõe em seus projetos defensores das políticas heteronormativas mesmo enquanto alguns deles ainda não tenham saído do papel. O problema da violência sexual contra a mulher é, em geral, um problema dos

homens. Faz-se necessário repensar o modo como estamos colaborando para a construção das diversas identidades dos indivíduos de orientação masculina, pois, eles, são os maiores agressores e precisamos cessar com essa violência gratuita que fere inúmeras condições e direitos, principalmente das mulheres.

Quando questionados sobre *o que fariam se estivessem presenciando um caso de assédio ou violência sexual dentro das IES*, 53,7% das pessoas disseram *que tentariam buscar ajuda*, 42,6% disseram *iriam interferir em defesa da vítima* e 3,7% das pessoas disseram *que se importariam mas não fariam nada*. Esses dados mostram que apesar de estarmos vivendo em um momento onde a supervalorização do indivíduo como sujeito privado, não coletivo, se fortalece, ainda existe, de certa forma, uma valorização dos cuidados com os semelhantes. Se ainda há essa preocupação, precisamos investir mais nas ações coletivas e colaborativas para que os 3,7% indicados na pesquisa cheguem ao nível 0%.

Ao perguntarmos, como questão de livre escolha, sobre *quais das formas descritas os entrevistados reconheciam como formas de violência*, tivemos: 46,3% das pessoas marcando a opção *assédio sexual (cantadas usando palavras ofensivas, comentários sexuais apelativos etc)*; 44,4% assinalando a opção *violência sexual (estupro, tentativa de estupro sob efeito de drogas ou álcool, ser tocada sem consentimento etc)*; 42,6% dos entrevistados selecionando a opção *assédio moral/psicológico (Ser humilhada por professores e alunos, ofendida, ser xingada por rejeitar cantadas e/ou investidas)*; 37% marcando *desqualificação intelectual (dizer que mulher não serve para tal atividade, por exemplo, ou outras piadas por ser mulher)*; 35,2% pontuando a questão *coerção a algo (ingestão de bebida alcoólica forçada, por exemplo)*.

Expostas várias formas de violência, não tentamos identificar, somente, o quanto eles reconheciam de fato as diversas modalidades de violência, mas, tentamos usar nossa pesquisa como um canal de comunicação para os entrevistados. Isto é, como muitos não reconhecem vários formatos das violências praticadas contra a mulher dentro do âmbito universitário, e até mesmo fora dele, foi possível então que nesse tópico houvesse um encontro entre essas partes. Esse processo não se finda no simples fato de reconhecer uma ou outra forma de violência, mas se julga extremamente necessário percorrer através da evidenciação das causas para que seja possível compreendermos os efeitos.

Questionamos, também como questão de livre escolha, *o que pretendia uma mulher de saia curta*. 55,6% dos entrevistados marcaram a opção *outros* e puderam relatar com suas próprias palavras sobre o que achavam. Na maioria dos casos eles disseram que *a mulher não quer nada, a saia é só uma opção de vestimenta*; 40,7% disseram que *ela quer ser respeitada, pois, ela é livre pra usar qualquer roupa*; 11,1% disseram que *ela quer atrair sexualmente e afetivamente*; 3,7% das pessoas disseram que *ela quer ouvir cantadas do tipo "gostosa", "delícia"* e ninguém assinalou as opções *ser estuprada ou abusada de alguma forma e mulheres não devem usar saias curtas*. Nos pareceu coerente quase que a totalidade de afirmativas apresentadas nesse quesito, com exceção dos 3,7% que assinalaram uma forma de agressão. A mulher não pretende ser agredida, assediada ou violentada em hipótese alguma. O que faz com alguns sujeitos tenham essa ideia machista, sexista, preconceituosa, é a própria construção da identidade social do indivíduo. É o meio social, são as interações sociais normatizadas por um padrão cis que direcionam e determinam que os sujeitos de orientação masculina, num geral, cometam ações desse tipo. Para que um homem seja reconhecido como homem em determinados grupos sociais ele precisa reproduzir certas formas de violência, caso contrário, sua aceitação navega em um caráter duvidoso, ou até mesmo recusatório. Por isso, acreditamos que essas imposições não sejam sempre satisfatórias, visto que são essencialmente irrefletidas e indesejáveis em muitos casos.

As violências sexuais estão sempre conectadas com uma cultura, seja ela uma cultura que perpassa o gênero, seja ela uma cultura que envolve a construção da identidade, sempre perpassando questões de origem social, como podemos saber através de Louro:

as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas também são, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. (LOURO, 1999, p.1)

Portanto, precisamos romper com a ideia de que são casos isolados os casos de assédio e violência sexual contra a mulher nas universidades. Ainda apoiando-se em Louro (1999, p.1), que pretende romper com os (pré)conceitos relacionados ao gênero a partir de seus estudos, existe certa urgência em superar esse fato, pois, de

acordo com ela *a sexualidade – o sexo, com se dizia – parecia não ter nenhuma dimensão social*, quando é, em si próprio, um fato social.

Prova de que existem questões sociais, raciais e classistas envolvidas na discussão acerca do assédio e da violência sexual dentro das IES, foi percebida quando questionamos os entrevistados sobre *qual o lugar mais propício para um ato de assédio ou violência sexual*. 50% dos entrevistados disseram que não há lugar específico para esse tipo de acontecimento, qualquer lugar oportuno seria ideal. 38,9% dos entrevistados disseram que uma rua deserta na periferia seria o lugar ideal e 11,1% dos entrevistados disseram que uma rua deserta em áreas nobres seria o lugar ideal. Ora, ainda há cristalizada no ideal humano que as classes subalternizadas são, em sua grande maioria, a parcela mais perigosa da população. Não há justificativas concretas, e nem haveriam, para que se formulem teses justificando que os indivíduos pertencentes às classes subalternizadas sejam perigosos, exceto quando se trata da luta de classes.

Por cultura, nossa sociedade se construiu em moldes racistas e classistas, fato que condiciona o indivíduo pobre, negro de zonas periféricas como uma variação da maldade. Felipe nos traz essa questão de maneira mais completa no fragmento

as hierarquias de gênero e as hierarquias sexuais – **raciais e sociais** – pautam-se por uma compreensão naturalizada e universal, em que os sujeitos masculinos, heterossexuais, brancos, ocidentais, cristãos, são vistos como a norma, o padrão. Trata-se de uma referência praticamente invisível, inquestionável, porque está calcada numa concepção essencializada de mundo e de sujeito, constituindo-se, assim, como a matriz para uma condição subalterna por parte de todos aqueles que fugirem aos padrões hegemônicos estabelecidos. (FELIPE, 2007, p.84. Grifos nossos)

A grande maioria dos entrevistados disseram nunca ter sofrido um ato de assédio ou violência sexual nas IES, como apontamos anteriormente, porém, ao serem perguntados se algum(a) amigo(a) já havia relatado *ter sofrido algum ato de assédio ou violência sexual*, 53,7% disseram que *sim, que já teriam ouvido relatos de amigos(as) na condição de vítima*; 46,3% disseram que *não, que nunca tinham tomado ciência*. É evidente que existem casos dessa natureza acontecendo dentro das universidades e é de extrema urgência o combate a essa modalidade de crime.

Para ilustrar, ao serem questionados sobre quais teriam sido essas *formas de*

assédio ou violência sexual sofrida por conhecidos(as) nas IES, descreveremos algumas das respostas: “Professor mandando e-mail insistentemente querendo encontrar aluna da sua turma, mesmo sendo dispensado.”; “Um funcionário da universidade, estava perseguindo as alunas e mostrando as partes, e tentou abusar de uma delas. Nós, do coletivo vir-a-ser, fizemos um escândalo, mas o caso foi abafado.”; “Uma amiga minha foi posta contra a parede por ser negra e ter um corpo bem exuberante e os dois passaram a alisar ela chamar ela de neguinha delícia que ela tinha q levar muita rola por ser preta gostosa e estudar no lugar de brancos que merece, como se ela também não merecesse.”; “Uma amiga levou cantada do professor que estava orientando ela no laboratório.”; “Uma amiga próxima é assediada pelo coordenador do programa de estágio da faculdade que participa.”; “Professor sendo desrespeitoso chamando de gostosa.”; “Garotas q foram agarradas contra sua própria vontade, piadinhas de teor sexual de professores direcionado a alunas, seguranças se masturbando tanto de noite como de dia no campus, entre outros.”

Diante do exposto, retomamos ao que já foi falado em momento anterior. As relações de poder, num geral, partindo dos que estão posicionados em uma cadeira hierárquica mais confortável, motivam grande partes dos relatos, prova de que deve haver, e aqui de maneira imparcial, ou parcial em favor da vítima, uma investigação séria, oblíqua, capaz de transportar esses agressores para a condição de acusado e culpado, iniciando, assim, a lista dos que cometeram essa modalidade de crime dentro das IES.

Nossas IES precisam atualizar o seu modo de funcionamento e não somente em relação aos sistemas tecnológicos ou estruturais, falamos aqui em relação ao modo como ela trata os seus usuários. Além disso, o corpo discente também precisa buscar maiores motivações em ocupar-se da mesma questão. Perguntados se em suas respectivas IES *havia setores específicos para receber esse tipo de denúncia*, 66,7% dos entrevistados disseram que *nunca procuraram saber*, 31,5% disseram que *não*; e somente 1,9% afirmaram que *sim*. Se 42,6% iriam interferir em defesa das vítimas, se 53,7% tentariam buscar ajuda, se 29,6% já presenciaram algum tipo de assédio ou violência sexual, por que 66,7% das pessoas nunca procuraram saber se há um setor específico nas IES para o tratamento desse tipo de caso? Será por medo, como muitas relataram, ou será por descredito na própria IES?

Os *alunos*, em geral, foram vistos como *os maiores assediadores/violentadores*, sendo sinalizados por 77,8% dos entrevistados; professores vêm logo em seguida, com 48,1% de marcações; seguranças foram indicados como sendo os maiores assediadores por 37% dos entrevistados; e a opção *outros* reuniu 14,8% dos votos. Na opção “*outros*” tivemos relatos de *técnicos-administrativos, funcionários terceirizados da limpeza e manutenção e motoristas*.

A vítima não escolhe ser vítima, não em sua consciência. De acordo com a pesquisa, ao perguntarmos se a vítima teria culpa por ser assediada ou violentada sexualmente, 83,3% das pessoas disseram que não; 13% disseram que talvez; e 3,7% das pessoas disseram que sim. A vítima é colocada na condição de culpada por influência da cultura machista presente em nossa sociedade, como é possível observar em certas falas. Um entrevistado disse que a vítima quando está alcoolizada “*assume o risco de ser estuprada*”. Novamente a questão do álcool/drogas justificando a ação do homem e culpabilizando a mulher.

53,7% dos entrevistados julgaram que é de *extrema urgência* a criação de departamentos específicos para tratar e investigar os casos de assédio e violência sexual dentro das IES; 25,9% dos entrevistados disseram que *é importante*; e 20,4% disseram que *é muito importante*. Então, retornando ao modo como os projetos pedagógicos devem tratar acerca das questões mais plurais relacionadas às demandas dos alunos, faz-se necessário uma maior atuação e maior empenho da gestão universitária, bem como dos coletivos acadêmicos para pressionar e apresentar propostas. Não propostas solúveis, mas, propostas fundamentadas na atual demanda/realidade universitária.

Perguntamos aos entrevistados, como questão de livre escolha, se eles *acreditavam em motivações que poderiam concretizar os casos de assédio e violência sexual dentro das IES*. 83,3% disseram que os crimes se dão por conta do *machismo presente na nossa sociedade*; 63% disseram ser pelo *descaso dos gestores e membros que ocupam posições hierárquicas de poder*; 46,3% disseram ser pela falta de segurança; 9,3% disseram ser por *outros motivos*; e 3,7% disseram ser *por culpa da mulher*.

De acordo com Felipe (2007)

na última década houve um aumento considerável de pesquisas, dissertações, teses e publicações em geral sobre a temática de gênero e sexualidade no campo da educação e áreas afins. Tais estudos têm trazido significativas contribuições para pensar estratégias pautadas pelo respeito às diferenças e à igualdade de direitos. (FELIPE, 2007, pp.81-82)

Com base, perguntamos se eles sabiam sobre pesquisas que tratavam acerca do assédio e violência contra a mulher nas IES. 79,6% disseram que *não* e 20,4% disseram que *sim*. De acordo com nossa última citação, há sim certo avanço e isso é fato que merece grande consideração, porém, em campo mais estrito, por exemplo, tratando da violência sexual contra a mulher dentro das IES, houve certa dificuldade em buscar referências bibliográficas para sustentar nossa tese, o que não nos impediu de caminharmos com fundamentação teórica suficiente. Ainda nesse quesito, questionamos por que eles não pesquisavam nessa área, caso lhes interessasse. Foi uma questão dissertativa e a grande maioria das respostas foi acerca da falta de tempo ou oportunidades, como também relataram seguir outras linhas de pesquisa mesmo considerando esse eixo de suma importância.

94,4% dos entrevistados acreditam, ainda, que preferem espaços com menos assediadores que com mais seguranças, sendo o último, sinalizado por apenas 5,6% dos entrevistados. Logo, não precisamos investir em mais segurança ostensiva, in loco; precisamos investir em um trabalho sólido de conscientização para que nosso modo de pensar e agir possa mudar de formato. Felipe diz

No entanto, é preciso considerar que nossa atuação como pesquisadores/as, como professores/as ou como gestores públicos é limitada, impondo-nos assim algumas reflexões sobre o próprio conceito de emancipação dos sujeitos. Isto significa dizer que a ampliação do conhecimento, a reflexão e o debate em torno dessas temáticas aqui levantadas não devem ser entendidos como garantia de mudanças em relação aos comportamentos discriminatórios que ocorrem na escola (e também em outros espaços sociais). O que nos compete, como educadores/as e/ou pesquisadores/as, no campo do gênero e da sexualidade, é desencadear o debate e, quem sabe, abalar um pouco as nossas próprias certezas. (FELIPE, 2007, p.85)

70,4% dos entrevistados reforçaram o que já tratamos anteriormente ao serem perguntados *se um professor assediador/violentador seria mais perigoso que outro funcionário qualquer* ao dizerem que *sim*. 29,6% dos entrevistados disseram que *não*. Ora, um aluno, por mais popular que ele seja, não possui uma rede de contatos tão

vasta quanto possui um professor, que está em contato direto com diversas turmas, logo, uma quantidade múltipla de pessoas. Além disso, os professores assumem posições hierárquicas, assim, a relação de poder exerce certo tipo de coação/coerção a quem possivelmente se tornaria uma vítima. Não haveria, por parte da vítima, como foi relatado anteriormente, base suficiente para acusar um professor, visto que muitos iriam se opor à denúncia.

Como última pergunta, indagamos os entrevistados sobre o que *eles achavam da discussão sobre gênero e sexualidade na infância*. 90,7% afirmaram que acham excelente, isso pode ajudar na redução dos casos de assédio e violência sexual no futuro; 7,4% assinalaram a opção *outros*. E 1,9% assinalaram que acham um absurdo. Em nossa reflexão, discutir sobre gênero e sexualidade na infância, ou melhor, na escola e em todos os segmentos, faz-se questão pontual para o processo de conscientização dos sujeitos sociais que estamos incentivando. Seria fator positivo no processo de construção das identidades e ao combate às desigualdades de gênero.

A superação das questões que promovem e perpetuam os casos de assédio e violência sexual contra a mulher nas universidades está, em resumo, nessas questões evidenciadas no presente trabalho. Acreditamos que combater essa modalidade de crime não é trabalho para os aplicadores da Lei, não somente. A comunidade acadêmica e seu corpo intelectual precisa promover urgentemente certo avanço nas linhas de pesquisa relacionadas ao gênero e a violência contra a mulher; os governos precisam efetivar os investimentos necessários nas pesquisas, bem como outros órgão de fomento precisam fazer; popularizar os resultados das pesquisas em linguagem acessível também é fator colaborativo. Encerramos o ensaio com certas expectativas positivas e otimistas. Acreditamos que estamos no caminho certo para a construção de um processo equalizado entre os gêneros.

Referências Bibliográficas

PEIXOTO, Madalena Guasco. A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.

NOVAES, Adauto (org.). O silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOUCAULT, M. Sexualidade e Poder. Em *Ética, Sexualidade, Política*: Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1978].

LOURO, Guacira Lopes. O CORPO EDUCADO: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpos que escapam. Estudos feministas: volume 04.* Brasília/Montreal/Paris: Labrys, 2003.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-Posições*, v. 18, n. 2 (53) - maio/ago. 2007.